

O tamanho de nosso cobertor

Washington Novaes *



Quem se deu ao trabalho de ler os jornais nas últimas semanas provavelmente se estará sentindo mergulhado num mar de perguntas, tal o embaralhamento entre os temas reforma fiscal, guerra fiscal e evasão fiscal, simultaneamente com investimentos para geração de empregos, desemprego, ampliação do seguro-desemprego e por aí afora.

Pode-se começar pelo noticiário a respeito da necessidade de o Brasil aumentar sua poupança interna, dos níveis atuais (em torno de 16% do PIB) para uns 25%, de modo a equilibrar as contas internas e externas e ampliar os investimentos e os empregos. Por isso mesmo, anuncia-se uma reforma tributária, que poderia representar um aumento da receita federal da ordem de 14% (Gazeta Mercantil, 16/7/96). Ela permitiria novos investimentos, mais crescimento econômico.

O País precisa elevar sua poupança interna, de modo a equilibrar as contas internas e externas e aumentar os investimentos

As matrizes energéticas, padroes de consumo e níveis de desperdício. Pelas contradições entre crescimento e concentração de tudo, de um lado, e meio ambiente e novos padroes civilizatórios, de outro.

Ao mesmo tempo, entretanto, os jornais povoam-se de notícias sobre a "guerra fiscal" entre os estados, cada um deles oferecendo mais isenções de impostos, terrenos e outras vantagens, para atrair investimentos, principalmente industriais. Está sendo assim de norte a sul e também no Congresso, na discussão de incentivos às montadoras de automóveis.

Noticia-se também que a Argentina — envolvida num esforço de ajuste fiscal semelhante ao nosso e já empenhada em cortar despesas governamentais e aumentar arrecadação — lançará uma ofensiva contra a sonegação de impostos. A come-

çar pelo comércio de carne bovina, onde a sonegação seria da ordem de 40% (a propósito, o ex-ministro Roberto Alemann comenta que em 1995 a arrecadação do imposto sobre valor agregado, que deveria ter chegado naquele país a US\$ 31,6 bilhões, não passou de US\$ 17,5 bilhões, enquanto o imposto de renda, previsto para US\$ 11,5 bilhões, mal chegou a US\$ 5,5 bilhões; no primeiro caso, evasão de 45%, no segundo superior a 50%, segundo a Gazeta Mercantil de 12/8/96). Já que temos problemas parecidos, será isso que nos aguarda, uma ofensiva semelhante no terreno fiscal?

Não chegaria a espantar, se se der crédito ao relatório final da CPI da evasão fiscal. As 10 mil páginas desse estudo do Congresso Nacional, feito há pouco mais de dois anos, relataram que, entre evasão, elisão e outros formatos de desviar recursos públicos, o fisco deixa de arrecadar 1,4 cruzeiro (era a moeda da época) para cada cruzeiro recolhido. Ou seja, uma evasão de quase 60% (de lá para cá, é preciso reconhecer o esforço da Receita Federal para reduzir a perda; com certeza, porém, ainda está longe dessa porcentagem).

Os recursos desviados e escassos deixam nua coisa sem explicação. Segundo a Associação Nacional dos Fiscais da Contribuição Previdenciária, o INSS arrecadou nesse mesmo ano R\$ 34,5 bilhões, mas deixou de arrecadar R\$ 22,4 bilhões (segundo a Associação, porque 3.800 fiscais não dão con-

ta de fiscalizar 3,5 milhões de empresas; seriam quase mil para cada um, quatro por dia de trabalho).

Tem-se, portanto, um quadro absolutamente paradoxal. A dívida da União, dos estados e dos municípios vai à estratosfera. Os técnicos quebram a cabeça em busca de fórmulas para arrecadar mais, de modo a pagar a dívida e tocar o custeio

e os poucos investimentos. Mas ao mesmo tempo as empresas reclamam do custo tributário em suas contas e pedem redução. Investigações apontam uma evasão brutal e aguda falta de recursos. Na mesma hora, entretanto, travasse uma guerra fiscal para ver quem abre mão de mais impostos e compromete mais recursos, a fim de atrair grandes investidores.

Foi assim no Paraná, no namoro para atrair uma montadora de automóveis. Está sendo assim em São Paulo, que criou um fundo estadual de incentivos ao desenvolvimento industrial. No Rio de Janeiro, para cativar outra montadora. No Ceará, em busca de uma siderurgia. Em Goiás, para tornar atraentes investimentos no agribusiness e na montagem de veículos. No Distrito Federal, para igualar com a de Goiás a alíquota do ICMS no comércio do boi em pé. É assim em toda a parte.

Em que vai dar tudo isso? Há quase três meses, o jornal O Popu-

lar, de Goiânia, publicou relatório preparado pelo Tesouro federal, sobre as finanças do estado (era um estudo preparatório de um empréstimo federal). Embora parcialmente contestado pelo governo estadual (na parte de despesas com o funcionalismo), ali se dizia que a renúncia fiscal já era equivalente a um mês da receita total. Além disso, a dívida do estado, no início de 1996, somava R\$ 4 bilhões, enquanto a dívida de impostos já apurada no Estado superava R\$ 5,3 bilhões, quase a receita de cinco anos (e mais de R\$ 1 bilhão estava inscrito na dívida ativa, à espera de cobrança judicial).

Ao explicarem esses números, autoridades estaduais justificaram a renúncia fiscal com a necessidade de atrair investimentos industriais que gerem empregos. Mas um balanço divulgado meses antes, a respeito do programa de incentivos fiscais, mostrou que o investimento médio por emprego fora da ordem de R\$ 126 mil, bem próximo do custo médio de um emprego industrial no Primeiro Mundo (US\$ 170 mil). Para gerar os 50 mil empregos novos necessários a cada ano no Estado, seriam necessários investimentos de mais de R\$ 6 bilhões anuais.

Ficamos, portanto, diante de várias premissas simultâneas, mas incompatíveis entre elas: 1) é preciso investir pesado no setor industrial para gerar empregos; 2) atrair in-

vestimentos exige incentivos fiscais; 3) a renúncia fiscal agrava a situação das finanças públicas; 4) em lugar de diminuir a arrecadação, é preciso ampliá-la, para atender ao custeio da dívida e dos serviços públicos — e por isso é preciso fazer uma reforma fiscal; 5) as empresas não suportam o peso dos atuais impostos e pedem sua redução; 6) como não suportam, fogem ao pagamento, gerando a evasão fiscal, agravada pelo chamado setor informal da economia, que também não recolhe tributos; 7) o setor industrial, para onde se canaliza a maior parte dos investimentos fiscais, está reduzindo sua participação no conjunto dos empregos (tomando 1985 como referência, o emprego industrial no País já se reduziu 17%; tomando 1980, caiu mais de 35%); 8) o setor informal já responde por mais de 50% dos novos empregos; 9) é preciso criar — como disse ainda na semana passada o presidente da República — novos pólos de desenvolvimento; 10) mas novos pólos concentram a oferta de empregos e em geral terminam (como São Paulo, Rio, o ABC, etc.) transformados em pólos de migrações, de favorecimento e de deterioração dos serviços públicos — no final, também em pólos de desemprego. A enumeração poderia prosseguir, mas não é preciso. Trata-se do chamado cobertor curto: se cobre a cabeça, descobre os pés — e vice-versa.

Não é muito diferente no âmbito global, como mostrou Valério

Teremos, em algum momento, de juntar planejamento com meio ambiente. Só então conheceremos nossas possibilidades

A cidade de São Paulo talvez seja um dos exemplos mais fortes dessas contradições. Que se vai fazer? Continuar crescendo, para gerar emprego e renda? Mas como se resolverão os problemas do crescimento, que inviabilizam a gestão da água, do ar e do espaço, sem resolver o desemprego?

Teremos, em algum momento, de juntar planejamento com meio ambiente. Fazer deste o centro de toda a questão. Só aí conheceremos, de fato, nossas possibilidades, nossos limites, nossos caminhos.